



Editorial

“Mitos e Imaginários Políticos na História”

É com muito ânimo que a Revista Temporalidades anuncia sua edição de número 27, inaugurando, assim, a gestão da sua nova Comissão Editorial (2018/2019) eleita. Muito empolgados com nossa chegada é que apresentamos nosso mais novo dossiê: “Mitos e Imaginários Políticos na História”, fruto de muita colaboração, empenho e esforço frente às muitas adversidades. É com igual entusiasmo que comemoramos, neste ano de 2018, o aniversário de 10 anos da fundação de nosso periódico: uma década de revista, mas, mais do que isso, uma década de iniciativa discente, pela qual passaram gerações de pós-graduandos da Universidade Federal de Minas Gerais.

Apesar disso, em meio a todas essas celebrações, é difícil se deixar levar pela empolgação, uma vez que as circunstâncias que nos rodeiam são cada dia mais pungentes. O clima é incerto, tenebroso, e o medo de que tudo aquilo que construímos ao longo dos últimos anos se desvaneça em cinzas na calada da noite é a única emoção que impera. Nos entristece pensar sobre o futuro desta e de outras iniciativas discentes diante do cenário atual, no qual cada vez mais são retirados recursos das áreas de Pesquisa e Educação, o que neste ritmo inviabilizará a existência de projetos como o este. Se acervos milenares podem ser tão rapidamente consumidos pelo fogo e, principalmente, pelo descaso, enquanto assistimos atônitos, quais as chances de sobrevivência de uma revista, mantida por alunos voluntários, diante desse projeto de sucateamento e abandono da nossa ciência?

Precisamos, mais do que nunca, de união e força na luta por reconhecimento. Em tempos de incertezas e falta de perspectiva, sabemos que desanimar não é uma opção, principalmente diante de um cenário político no qual vidas – principalmente de LGBTs, negros, quilombolas, mulheres, indígenas – são abertamente ameaçadas por candidatos, contando, para tanto, com o apoio de parte da sociedade. Em um cenário em que o apoio à disseminação de ideias carregadas de ódio e violência vem crescendo, a nossa esperança é de que, por meio do saber histórico, das nossas pesquisas e atuação na educação básica e junto às nossas comunidades, possamos contribuir na construção de uma política e educação voltadas para o respeito, para a liberdade e para a realização do bem comum.



É, também, frente a esse panorama, que elaboramos nosso presente dossiê temático: “Mitos e Imaginários Políticos na História”. Nele, buscamos retomar alguns dos conceitos mais fundamentais da História Política, e atentar para a importância desses estudos, levantando questões que perpassam por toda a História e que, em alguns casos, ainda apresentam reflexos no presente. A compreensão da presença dos “mitos” na política é um tema demasiadamente atual, e esperamos poder contribuir, de alguma forma, para essa discussão.

Imaginários e mitos políticos são sempre muito presentes ao longo da história. O estudo dos mitos e imaginários políticos vem se consolidando desde meados do século XX, com autores célebres como Cornelius Castoriadis e Bronislaw Baczko e acabou se tornando uma das grandes chaves de entendimento dentro daquilo que convencionamos chamar de História Política. Das pichações na Roma Imperial às charges do período Vargas, as imagens e mitologias pensadas e construídas a partir de um determinado momento histórico, ao falarem sobre esse momento — seja sob a forma de crítica, elogio ou retrato — carregam em si parte dos acontecimentos, da estruturação da sociedade e de elementos políticos relevantes naquele contexto. Com isso, a produção de leituras e representações sobre o momento vivido promove não apenas uma descrição, mas ainda contribui para uma construção de valores, ideias e comportamentos que podem ser compartilhados por um largo grupo de pessoas, como um imaginário comum. Da mesma maneira, a criação de mitos políticos têm lugar garantido nas sociedades e na historiografia e é muito utilizada como tentativa de mobilização e unidade da população em nome de algum projeto político e social.

Outros conceitos e termos afins se somam conceitual e metodologicamente a esse campo de estudos – representação, culturas políticas, entre outros – com contribuições de outros intelectuais, entre eles Carlo Ginzburg e Roger Chartier. Dessa forma, nosso Dossiê tentou incorporar e contemplar diálogos entre pesquisas queensem o imaginário compartilhado entre sociedades, a elaboração e recepção de mitos que exerceram ou exercem um sentido político na História, de modo a apontar, portanto, para a heterogeneidade e a amplitude de cronologias, temas e dos debates dentro deste tema.

Em tempo, agradecemos ao colega e professor Virgílio Coelho de Oliveira Júnior (IFCE), membro da Comissão Editorial da *Temporalidades* no ano de 2014, por aceitar prontamente e com entusiasmo nosso convite de organizar o dossiê temático desta edição e escrever a apresentação. Agradecemos aos professores Leandro Duarte Rust e Rodrigo Patto Sá Motta, por nos concederem as importantes entrevistas presentes nesta edição. Agradecemos, ainda, à gestão



anterior da Comissão Editorial da revista, pelo comprometimento e paciência ao nos preparar para o trabalho, em especial, ao colega Felipe de Oliveira Malacco, que nos acompanhou com cuidadosa atenção nesta edição e esteve sempre disposto a nos ajudar nesses primeiros passos.

Agradecemos aos autores que enviaram artigos para o atual dossiê temático - e aos muitos pareceristas que gentilmente nos ajudaram a selecioná-los - os diversos temas que contemplamos nesta edição contribuem enormemente para a historiografia e para pensarmos no contexto político atual brasileiro e mundial. Dos vários artigos livres recebidos pela revista, nesta edição, estão:

Em “A concepção teológico-jurídica sobre pregação pacífica e os *repartimientos* na Nova Espanha do século XVII segundo as memórias do Frei Juan Silva”, Julio Cesar Aquino Teles Ferreira busca através das memórias do Frei Juan Silva analisar a presença da Teologia moral. A partir dela, tenta compreender como essa Teologia moral dialoga como período (1613-1621) e com a questão do probabilismo nos juristas e teólogos do Mundo Ibérico.

Leonardo da Silva Martinelli e Vanucia Gnoatto, no ensaio “Um olhar sobre a formação histórica do município de Novo Xingu-RS: um passado que se faz presente” se propõem a analisar o processo sócio histórico de formação do município de Novo Xingu, no Rio Grande do Sul, considerando a influência dos processos migratórios e de colonização existentes ali. Analisando as relações sociais a partir da *identidade étnica* dos grupos que residiam na colônia/distrito de Xingu, busca-se pensar, numa perspectiva de história social, as relações engendradas naquele contexto e seus desdobramentos da colonização à emancipação política do município.

Em “Educação e ideal modernizante na ditadura civil-militar: um estudo sobre a revista Educação (1971-1984)” de Michel Ehrlich, vemos uma análise das diversas concepções de educação escolar presentes no contexto da ditadura civil-militar brasileira, a partir de 41 edições da revista *Educação*. O autor analisa como essas diferentes visões de educação interagiram entre si e com outras concepções, com uma preponderância da corrente tecnicista que, segundo o autor, se mostrava como a única possibilidade.

No artigo “A apropriação da escola italiana de antropologia criminal na obra de Nina Rodrigues: ativismo por uma nova sensibilidade sobre crime e raça (1894-1906)”, o autor Rodrigo Mello Campos analisa, a partir da obra de Nina Rodrigues (1862-1906), a presença de conceitos da escola italiana de criminologia. A partir desse diálogo, Campos busca pensar essas



aproximações a partir do campo da história social das ciências e da história das sensibilidades, na tentativa de compreender os embates entre a ciência, a política e o social sobre criminalidade, raça e direitos sociais e humanos.

“Pela noite dos dragões: Caio Fernando Abreu e a escrita do tempo na experiência da aids”, de Guilherme da Silva Cardoso, é um artigo que analisa em dois contos de Caio Fernando de Abreu, a inscrição da experiência da aids em seus textos. A partir do entendimento do discurso literário como uma das maneiras de pensar e escrever sobre a aids, abrindo possibilidades na discussão sobre essa experiência, Cardoso busca compreender um diálogo entre a historiografia e a literatura, a partir dessa experiência, marcada por estigmas tão profundos.

“História da Ciência e da matemática na formação de professores”, de Romélia Mara Alves Souto, discute o ensino de história da ciência e da matemática para professoras da rede básica, com base em uma experiência dentro de um Programa de Mestrado em Educação. Nela se enfatizou o movimento da Revolução Científica (entre os séculos XVI e XVIII), em especial o surgimento de uma nova forma de conhecimento, com características distintas das até então conhecidas, através do uso de filmes e textos para abordar questões sobre a produção e a difusão do conhecimento científico.

Em “A saúde engarrafada nas Águas de Megalço: cultura e consumo na Manaus do século XIX-XX”, os autores Tatiana de Lima Pedrosa Santos e Samuel Lucena de Medeiros tratam da marca portuguesa de águas medicinais: “Águas de Megalço. Fazendo uso da arqueologia histórica, o texto analisa as propagandas dos produtos medicinais e as relaciona com o contexto histórico no qual foram publicadas, tentando entender seu papel simbólico para a marca e a dinamicidade entre o consumo e a sociedade.

José Costa Júnior, no texto “Darwin foi um darwinista social?”, aborda, com um título provocador, o debate sobre as relações entre moralidade e a teoria darwiniana. Ao discutir a hipótese de Darwin para a origem evolutiva das espécies e as teorias dos darwinistas sociais, o autor mostra como essas teorias envolvem enganos científicos e filosóficos, e são, portanto, muito distintas das posições do próprio Darwin.

“ENTRE A CRUZ E AS PALAVRAS: religiosos e a propagação de ideais políticos nos periódicos pernambucanos, 1821-1824”, de Mário Fernandes Ramires, trata do período das primeiras décadas do século XIX, quando a província de Pernambuco viveu o crescimento de uma cultura de imprensa e uma expansão, no espaço público, de assuntos antes reservados apenas



ao âmbito privado. O texto analisa a atuação de religiosos, membros da Igreja Católica, como redatores e propagadores de ideais políticos, produtores e dirigentes de seus impressos, que muitas vezes lidos publicamente e acabavam assumindo o papel de informar a população acerca dos acontecimentos políticos do momento.

Lívia Freitas Pinto Silva Soares, no ensaio “Lei e ordem na Capital da República: as tensões institucionais provocadas pela gestão infanto-juvenil na Primeira República (1910-1920)”, aborda alternativas de gestão da infância pobre por dois órgãos: a Polícia do Distrito Federal e pelos Juízes da Câmara de Apelação. Através de análises documentais ela mostra como o envio, sem processo, de menores e adultos para a Colônia Correccional dos Dois Rios era uma prática recorrente na primeira república, graças a leis que garantiam atribuições judiciárias à polícia. Ela explora também os conflitos entre os dois órgãos, uma vez que a polícia se ocupava de isolar na Colônia indivíduos potencialmente perigosos, e os juízes frequentemente anulavam essa sentenças, promovendo absolvições em massa, que invalidavam o esforço policial para a paz social.

Por fim, gostaríamos de deixar registrado nosso apoio e solidariedade, em nome da Revista Temporalidades, frente à tragédia do Museu Nacional: "não estamos de luto, estamos em luta”.

Sobreviveremos.

Camila Neves Figueiredo
Luiz Felipe Anchieta Guerra